EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO

ISSN 2359-053x

ANO 5 - NÚMERO 48 - OUTUBRO 2018

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

MEDICAMENTOS: POÇÃO MÁGICA DO LUCRO

p. 08

PERFIL

Joenia Wapichana
Primeira indígena eleita deputada federal no Brasil

p. 18

ECOLOGIA

Cerrado: extinção e agrotóxicos

p. 28

MEMÓRIA

Ângela Maria: voz doce e da cor do sapoti

p. 40

Outubro Rosa

Vamos falar sobre isto?

O câncer de mama é uma realidade. Falar sobre esse problema é o primeiro passo para a prevenção.

FENAE
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

> **O certo era a gente estar sempre brabo de alegre, alegre por dentro, mesmo com tudo de ruim que acontecesse, alegre nas profundezas. Podia? Alegre era a gente viver devagarinho, miudinho, não se importando demais com coisa nenhuma.**
>
> Guimarães Rosa

COLABORADORES/COLABORADORAS OUTUBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Bia de Lima** – Educadora. **Casimiro de Abreu** – Poeta (In Memoriam). **Clarice Lispector** – Escritora (In memoriam). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Sader** – Sociólogo. **Fernando Lopes** - Ilustrador. **Iêda Leal de Souza** - Educadora. **Jaime Sautchuk** – Jornalista. **Leonardo Boff**– Teólogo. **Salma Saddi** – Historiadora. Educadora. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk – Jornalista
2. Zezé Weiss – Jornalista
3. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo
4. Ângela Mendes – Ambientalista
5. Antenor Pinheiro – Jornalista
6. Elson Martins – Jornalista
7. Emir Sader – Sociólogo
8. Graça Fleury – Educadora
9. Jacy Afonso – Sindicalista
10. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista
11. Iêda Vilas-Bôas – Escritora
12. Trajano Jardim – Jornalista

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 9 9967 7943. **E-mail:** contato@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Geovana Vilas Bôas (61) 9 9884 4810. **Edição:** Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 98135-6822. **Revisão:** Lúcia Resende. **Produção:** Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. **Menor Aprendiz:** Ana Beatriz Fonseca Martins. **Mídias Sociais:** Eduardo Pereira. **Logística:** Calleb Reis. **Tiragem:** 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Muita alegria e orgulho. Começamos, juntos, a folhear, no papel e na telinha, a 48ª edição da revista Xapuri. São quatro de anos de presença ininterrupta, com cuidado no visual e no conteúdo de textos que têm a marca da independência. Com muita gratidão aos estimados leitores e leitoras, Feliz Aniversário a todos nós!

Mas, sim, retomemos nossa jornada.

Muitos medicamentos fabricados em laboratórios tratam doenças de modo a minorar sofrimentos e prorrogar o tempo de vida das pessoas. São inquestionáveis os avanços da Ciência neste campo. Contudo, as indústrias farmacêuticas gastam rios de dinheiro na emulação de seus produtos e de suas possíveis qualidades.

Nesta edição, a Xapuri dedica sua matéria de capa ao tema, expondo o outro lado do comprimido. Ou o outro lado da moeda mesmo, já que se trata de um ramo da Economia que movimenta quantias incalculáveis de dinheiro, colocando o lucro acima de tudo. O ser humano é apenas um componente de uma complexa engrenagem.

Trata-se de um mal que assola o mundo inteiro, é bem verdade. Mas o Brasil ganha destaque especial, já que é um dos cinco países que mais consomem esses remédios no mundo, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Cabe ressalvar que, aqui, a farmacopeia nativa ainda é valorizada, ainda tem seu espaço. E que o Sistema Único de Saúde (SUS) faz por merecer a reputação que adquiriu como um dos melhores serviços públicos de saúde do Planeta. Vale a pena conferir.

Teremos, porém, muito mais nestas páginas. A começar pelos 15 anos do Estatuto do Idoso, que é motivo de maior valorização dessa fatia de nossa população. E a primeira mulher indígena a se eleger deputada federal. Advogada e fiel defensora do povo nativo, Joenia Wapichana passa a representar o estado de Roraima na Câmara Federal.

Também tratamos com profundidade, como sinal de alerta, do impacto dos agrotóxicos no Cerrado, antiga matriz ambiental que vem sendo vítima de ações predatórias.

Nestas páginas você encontrará muito mais. O adeus a Ângela Maria, a doce voz, dicas de viagens e a receita da deliciosa compota de abóbora. Isso tudo e ainda mais.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Parabéns Xapuri, pela excelente edição de setembro! Magnífica composição gráfica, com fotografias que dizem mais do que mil palavras, curto, mas significativo Setembro Amarelo, Verde e Vermelho, textos altamente relevantes. O Brasil precisa de mil Xapuris, pois é lindo, com um povo esforçado e acolhedor!
Jack Soifer – Algarve, Portugal.

Parabéns, Xapuri, pelo quarto aniversário!
Há quatro anos, todo mês é uma alegria quando nossa revista chega aqui em casa!
Júlia Feitoza Dias – Rio Branco – Acre.

Pensaram que eu ia esquecer? Esqueci não! Feliz Aniversário, revista linda!
Maria Helena Schuster – Arembepe – Bahia.

As imagens mais populares da @revistaXapuri

Imagem do mês

@7665marcoslallli

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 48 OUT 18

08 **CAPA**
Medicamentos: poção mágica do lucro

28 **ECOLOGIA**
Cerrado: extinção e agrotóxicos

16 **LITERATURA**
Meus oito anos

33 **GASTRONOMIA**
Compota de abóbora

21 **AVOSIDADE**
Estatuto do Idoso completa 15 anos

47 **RITUAIS INDÍGENAS**
Tucandeira: o ritual de iniciação masculina do povo Sateré-Mawé

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.
Boas-Vindas!

18 **PERFIL**
Joenia Wapichana
Primeira indígena eleita deputada federal no Brasil

22 **BEM-VIVER**
O mistério do perfume

23 **BIODIVERSIDADE**
Ouriço-Cacheiro
o bicho que tem o corpo coberto de espinhos

24 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Resistência: mobilizadas, mulheres negras ampliam presença na política

32 **ECOTURISMO**
Gruta do Lago Azul:
uma das cavernas mais lindas do Brasil

34 **MITOS E LENDAS**
As lendas do Rio São Francisco

40 **MEMÓRIA**
Ângela Maria:
voz doce e da cor do sapoti

42 **SUSTENTABILIDADE**
Um problema nunca resolvido:
o sofrimento dos inocentes

48 **UNIVERSO FEMININO**
Aborto legal ou ilegal?

MEDICAMENTOS: POÇÃO MÁGICA DO LUCRO

Jaime Sautchuk

A hepatite tipo C é uma doença infecciosa sorrateira e assustadora, pois ainda mata cerca de 3 mil pessoas por ano no Brasil. Mas tem cura. E o remédio mais eficaz nesse tratamento, o Sofosbuvir, é de amplo domínio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que atua no suporte do Sistema Único de Saúde (SUS), e de vários laboratórios privados brasileiros, que podem fabricar genéricos.

No entanto, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) havia registrado sua patente em nome do laboratório Gilead, dos Estados Unidos, e assim impedido sua fabricação em larga escala, a custos muito menores. No final de setembro, porém, manifestações públicas de usuários e ações na justiça comum forçaram a quebra da patente.

O governo brasileiro vem pagando ao laboratório ianque R$ 190,00 por comprimido do produto. O tratamento completo pra cada pessoa chega a custar R$ 16.000,00 ao SUS. O mesmo tratamento, a partir de agora, vai ficar por R$ 2.750,00, com o medicamento produzido por um consórcio liderado pela Fiocruz. Ou seja, terá um custo seis vezes menor, o que representará economia de R$ 1 bilhão anual aos cofres públicos.

Este é um exemplo de caso atual, bem brasileiro, que dá uma ideia do gigantesco tamanho desse negócio dos medicamentos. Mas é apenas uma faceta de um mundo que envolve o uso gratuito do conhecimento popular e o bem-estar do ser humano, mas também o desvio de profissionais da Medicina, de agências reguladoras e tantos outros aspectos, até bater em cifras astronômicas.

VIVA A DOENÇA

No mundo de hoje, a maior parte desse negócio é controlada por duas dezenas de laboratórios, a maioria dos quais com sede nos Estados Unidos. Eles gastam bilhões de dólares em pesquisas sobre medicamentos, mas seu objetivo não é eliminar as doenças e, sim, mantê-las sob controle, garantindo o consumo dos seus produtos.

Ou seja, o interesse maior dessas empresas não é encontrar a cura definitiva dos males que afligem os seres humanos. Mas tampouco é deixar que os doentes morram. Estes precisam ficar bem vivos – e bem doentes – pra que consumam mais e mais medicamentos, gerando lucros fantásticos a esse cartel do mal, conforme revelações feitas nos últimos anos.

O médico e biólogo molecular britânico Richard J. Roberts ganhou o Prêmio Nobel de Medicina (1993) por suas pesquisas a respeito de alimentos transgênicos, razão pela qual sempre foi muito criticado por outros cientistas ligados à defesa do meio ambiente. Entretanto, com o espaço que passou a ter na mídia global, ele acabou se tornando uma potente voz contra a indústria de medicamentos.

Em entrevista ao jornal espanhol *El País*, no ano passado, ele acusou essas empresas de investirem muito mais em propaganda do que em pesquisa e desenvolvimento de produtos que sejam eficazes. A elas não interessa criar fármacos que curem, mas sim apresentá-los como o que há de mais avançado ao alcance da ciência, enganando o consumidor.

"A elas interessa desenvolver medicamentos cronificadores das doenças, que não curam de todo e devem ser consumidos de forma serializada, de modo que o paciente experimente uma melhora que desapareça quando deixar de tomar o medicamento", resume Roberts."

Nessa mesma linha, são citados casos de laboratórios que chegam a pagar universidades do mundo inteiro pra que não prossigam pesquisas que levariam a resultados revolucionários na cura de algum tipo de câncer, por exemplo. E se essas instituições prosseguirem nos programas, sofrem todo tipo de retaliação, através de propaganda e outros artifícios. O medo como arma.

Há, também, ações organizadas sobre agências reguladoras, pra que adotem este ou aquele medicamento nos mais diversos países. Nisso, a arma mais usada é a da corrupção de gestores públicos que exercem funções de comando nos órgãos de controle.

CONTRATO MÉDICO

Nenhum outro setor da economia usa métodos tão refinados de propaganda e publicidade quanto o de medicamentos. O requinte já pode ser visto nas embalagens dos produtos, com rótulos e bulas que contam mentiras de modo sutil. Mas vai até uma relação promíscua com profissionais do setor de saúde, como farmacêuticos, enfermeiros e principalmente médicos, em que os princípios éticos desaparecem.

Os laboratórios de aproveitam da relação quase fraternal que se cria entre médicos e pacientes, por exemplo, pra interferir de modo a angariar clientelas e aumentar suas vendas.

Não são todos os profissionais, é claro, mas grande quantidade deles. Isso, no mundo inteiro, mas com menos sutilezas em países em desenvolvimento, com grandes populações e padrões de consumo como o Brasil. Com o detalhe de que, aqui, o Estado é grande cliente, através do SUS (Sistema Único de Saúde).

A relação do paciente com o médico gera um contrato implícito, em que se fixa uma espécie de fidelidade, pois uma pessoa coloca sua vida nas mãos de ou-

tra, como algo natural, na mais sincera boa-fé.

Assim, o profissional de branco passa a ter certa autoridade sobre o atendido. Afinal, a ele cabe diagnosticar o mal e prescrever o tratamento necessário, o que inclui os medicamentos a serem empregados, muitas vezes receitados pela sua marca, não pelo princípio ativo.

É estranho que nas folhas de pagamentos das indústrias farmacêuticas haja quantidades exageradas de profissionais de saúde e mesmo de doentes que dirigem entidades solidárias. É uma variedade enorme de gente influente, que inclui diretores de academias de ginástica, SPAs e clínicas de atendimento psicológico.

O que é muito mais esquisito, porém, é que entre os contracheques no final do mês haja alguns com os nomes de pesquisadores de universidades e até editores de respeitadas revistas científicas.

DENÚNCIA EM LIVRO

Esse modo de agir da indústria farmacêutica é o tema de um livro do médico e pesquisador dinamarquês Peter C. Gotzsche, difundido mundo afora e já editado no Brasil. Seu título é *Medicamentos Mortais e Crime Organizado – como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica* (Bookman Editora, Porto Alegre, RS, 2016), com versão virtual gratuita.

Professor da Universidade de Copenhague, ele escolheu dez dos maiores laboratórios do mundo, esmiuçou suas listas de produtos e seus métodos de comercialização, que ele compara ao crime organizado. A máfia italiana fica parecendo uma comportada congregação de moços perto dessa indústria.

Ao participar de recente congresso médico no Rio de Janeiro, Gotzsche falou com a imprensa brasileira e disse não temer processos judiciais por classificar a atividade dos laboratórios como "crime organizado". Segundo ele, os fabricantes "sabem que estão errados e repetem de novo e de novo". Ele arremata: "Eu documentei crimes cometidos pelas dez maiores farmacêuticas entre 2007 e 2012. Esses crimes estão crescendo, e isso não é surpresa."

Em verdade, já em seu livro ele reproduz depoimento de um ex-vice-presidente do laboratório Pfizer, que reforça sua posição. Diz o executivo: "É assustador quantas semelhanças existem entre esta indústria e o crime organizado. O crime organizado ganha quantias obscenas de dinheiro, como a indústria. Os efeitos colaterais do crime organizado são matanças e mortes, e os efeitos colaterais são os mesmos nesta indústria. O crime organizado suborna políticos e outros, e assim faz a indústria farmacêutica...".

Muitas vezes, sem saber, os pacientes viram cobaias em pesquisas que os laboratórios estão realizando em torno de uma determinada doença, buscando os resultados que mais lhes convenham. As pesquisas de Gotzsche começaram com os diagnósticos e tratamentos de câncer de mama em clínicas europeias, em que mulheres eram enganadas e tratadas sem que precisassem.

Ele dedica grande atenção, também, à área da Psiquiatria. Nela, o medicamento é prescrito sem nenhum controle e seus resultados são avaliados de forma bastante subjetiva. Por isso mesmo, é um dos filões mais apreciados pelos laboratórios, que investem pesado em drogas e na assistência a profissionais desse ramo da Medicina.

O fato é que os pacientes se tornam viciados em psicotrópicos e passam a ser usuários permanentes. Quando interrompem o tratamento, apresentam os sintomas da abstinência, mas em geral os psiquiatras não reconhecem prescrições indevidas. Segundo Gotzsche, "eles aprenderam com a indústria farmacêutica que nunca devem culpar a droga, mas sim a doença".

Promover medicamentos que afetam as funções do cérebro é prática corriqueira. Ele cita vários casos, desde o maior deles, que é o do Valium (diazepan), produzido pela Hoffman-La Roche, que se tornou a pílula mais vendida do mundo.

Ainda na década de 1970, essa farmacêutica suíça foi multada na Europa com base em lei antitruste, pelos métodos usados na comercialização desse tranquilizante. Mas ela seguiu com a prática em outros continentes – mesmo no Brasil, onde o Valium é muito conhecido (e usado).

FICÇÃO E REALIDADE

O escritor britânico John le Carré se baseou de longe em fatos ocorridos na localidade de Kano, na Nigéria, pra escrever seu romance *O Jardineiro Fiel*, lançado em 2001, que envolve a indústria farmacêutica. O livro virou o filme do mesmo nome dirigido pelo cineasta brasileiro Fernando Meirelles (2005), que levou o tema às telas do mundo inteiro.

A obra gira em torno do suposto assassinato da esposa de um diplomata que serve na embaixada do Reino Unido em Nairobi, no Quênia. Ela é uma militante social, e o assassino é um médico amigo da família, com quem ela manteria relações extraconjugais, de modo que o caso foi dado como crime banal.

Não satisfeito, porém, o diplomata largou os jardins que cuidava e tomou as investigações pra si. Logo descobriu que a mulher, em verdade, foi morta porque havia desvendado experimentos do grupo farmacêutico KVH (Karel Vita Hudson) com populações africanas e ameaçava denunciá-los. Os testes eram secretos e feitos com a conivência de governantes locais, que eram subornados pra que os escondessem.

Mais uma vez, entretanto, a ficção encontra ecos na realidade. Outro caso, este narrado por Gotzsche em seu livro, é pura verdade. Em 2012, o laboratório Pfizer, com sede nos Estados Unidos, passou a ser investigado pelas autoridades do seu país por crime de "suborno no estrangeiro". O caso ganhou volume, mas a empresa preferiu pagar pesada multa de 60 milhões de dólares pra que o processo fosse encerrado.

Segundo o tribunal federal dos EUA, um dos subornados pela Pfizer era um médico croata, que morava em Zagreb e recebia mensalmente por "serviços de consultoria". Em verdade, era ele quem decidia quais medicamentos seriam adotados pelo serviço público de saúde de seu país e era pago pra defender os interesses do laboratório nisso.

No processo do tribunal, o juiz ressalta "a falta de conexão entre as declarações da indústria farmacêutica de 'padrões éticos mais elevados' (com destaque na sua publicidade) e a realidade de sua conduta".

VERSÃO NACIONAL

O Brasil é, hoje, o quinto maior mercado de medicamentos do mundo, segundo dados corroborados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Não é à toa, pois, que também seja um dos principais alvos das empresas multinacionais deste setor, que mantêm no país o mesmo sistema de influência utilizado mundo afora.

Este talvez seja o setor da economia em que a distinção entre o capital nacional e o estrangeiro é mais clara, mais bem delimitada.

Ilustração: Fernando Lopes

Diversas entidades congregam fabricantes, algumas das quais de modo mais abrangente, com pautas mais gerais, mas sempre de modo separado, pela origem de seus proprietários.

Os laboratórios multinacionais são representados, principalmente, pela Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), criada em 1990, cujos afiliados são responsáveis por 80% dos medicamentos de referência disponíveis no mercado brasileiro.

Conforme a pesquisadora Najla Passos, em artigo publicado pela revista Carta Capital, essa ação é bem visível em forte esquema de *lobby* no Congresso Nacional. Ali, as grandes farmacêuticas fazem marcação corpo a corpo sobre deputados e senadores, angariando simpatias com financiamentos de campanha, promoção de eventos e patrocínio de viagens internacionais.

A Interfarma, por exemplo, firmou uma parceria com o *Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars*, com sede em Washington, e juntos patrocinaram viagens de 32 parlamentares brasileiros aos Estados Unidos e à Europa, onde participaram de seminários sobre ciência, tecnologia e inovação, entre 2.011 e 2.013.

O diretor do *Brazil Institute* é o jornalista brasileiro Paulo Sotero, que, de 1990 a 1996, quando o Brasil discutia os termos da sua abertura econômica, atuava como correspondente do jornal Estado de S. Paulo na capital norte-americana. Ele é o organizador do livro *O Congresso Brasileiro na Fronteira da Inovação*, que narra a experiência dessa parceria do *Brazil Institute* e com a Interfarma.

Conforme Sotero conta no livro, a parceria realizou três conferências acadêmicas no Wilson Center, do *Massachusetts Institute of Technology*, no *Brazil Institute do King's College*, de Londres, e no Instituto das Américas, sediado na Universidade da Califórnia, em San Diego. Além de fazer um tour pelos países que visitavam, os parlamentares de cada grupo participaram, em média, de 40 horas de conferências sobre os mais diversos aspectos de políticas públicas sobre inovação, patentes e pesquisa clínica.

Vários parlamentares integram o que é chamado de "bancada do medicamento", que nas últimas legislaturas era liderada pelo ex-senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores. Esse grupo foi o responsável pela aprovação, em 1996, da Lei 9.279, a Lei de Patentes, apontada como um forte instrumento dos laboratórios estrangeiros.

"É a Lei de Patentes que evita a entrada de medicamentos genéricos no mercado, mantém os monopólios dos grandes laboratórios e, consequentemente, faz com que os preços dos remédios fiquem mais caros", explicou Jorge Bermudez, vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz.

Essa lei permite que empresas tenham o controle sobre fórmulas de medicamentos que, muitas vezes, são partes da farmacopeia brasileira, que é riquíssima e de domínio popular. Aliás, na época de sua discussão e posterior aprovação, circulou pelo Congresso Nacional minuta de proposta original escrita em inglês.

Se de um lado há opositores dessa legislação, que buscam reformar a Lei de Patentes pra corrigir essas falhas, de outro há forte pressão dos representantes de laboratórios estrangeiros no sentido de ampliar sua abrangência.

Na Câmara, tramita o Projeto de Lei (PL) 4961/05, do deputado Mendes Thame (PSDB-SP), que prevê a alteração da Lei de Propriedade Industrial (9.279/96) para introduzir na legislação a concessão de patentes de seres vivos. A justificativa é de que o Brasil pode ficar atrasado em relação a outros países. Mas isso não é verdade, pois a Suprema Corte dos EUA já se posicionou contrária ao patenteamento de recursos da biodiversidade ou de origem genética.

SAÚDE PÚBLICA

Embora bastante criticado, o Sistema Único de Saúde (SUS) é considerado um dos serviços públicos mais bem estruturados do mundo, comparável ao britânico, que foi sua inspiração. Sua criação foi precedida de extensos estudos e debates, até que virasse parte da atual Constituição Federal, aprovada em 1988.

E sua implantação vem ocorrendo desde então, com altos e baixos, de acordo com as intempéries. No momento, ele vem sendo alvo de pesados cortes promovidos pelo chamado ajuste fiscal do atual governo federal. E seu futuro é incerto, pelo que se deduz das propostas lançadas durante a campanha presidencial.

De toda forma, sua eficiência depende bastante dos governos estaduais e municipais, gestores das redes de atendimento. Filas e queixas quanto aos serviços dos centros de atendimento não refletem a realidade. Em outro lugar, naquele mesmo momento, haverá uma equipe do SUS fazendo alguma cirurgia de alta complexidade, inclusive transplantes de órgãos.

De todo jeito, no que se refere a medicamentos, a ação do SUS é nacional e tem um histórico de modo bastante satisfatório, segundo pesquisa entre médicos e pacientes. Seguindo manual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), também subordinada ao Ministério da Saúde, e utilizando a Relação Nacional de Medicamentos (Rename), o SUS deve manter remédios sempre disponíveis.

Essa Relação é constantemente revisada e atualizada pela Comissão Técnica e Multidisciplinar de Atualização da Rename (Comare), instituída em 2005. Ela é composta por órgãos do governo, incluindo instâncias gestoras do SUS, universidades e entidades de representação de profissionais da saúde. Uma das funções desse órgão é assegurar transparência na compra de medicamentos.

A partir de 2013, por lei federal, passou a ser obrigatório rastrear medicamentos desde a sua produção até a venda, combatendo a entrada e circulação de medicamentos falsificados e ilegais no mercado brasileiro. A rastreabilidade é realizada por um código de barras individual com as informações do produto e, por meio deste código, o medicamento é monitorado em todas as etapas que passar até chegar ao consumidor final.

PACIENTES ORGANIZADOS

É muito comum pacientes se agruparem em associações, pra debater seus problemas comuns, trocar conhecimentos e lutar por pautas coletivas. Contudo, essas entidades são constantemente assediadas pelos laboratórios, que se achegam de jeito matreiro, oferecendo apoio. Fornecem amostras grátis de remédios, estudos científicos sobre a doença e promovem eventos.

No Brasil, essas agremiações acabam tendo muita importância a portadores de doenças crônicas, mas elas são facilmente manipuladas pelos laboratórios. Delas é que partem, por exemplo, campanhas pra que o SUS incorpore determinado tipo de medicamento. Muitas vezes, porém, é exigida uma marca específica, não se aceitando sucedâneos que o serviço público disponha ou possa oferecer.

Vale lembrar que os medicamentos são classificados como "de referência", "similar" e "genérico". O primeiro é aquele que foi descoberto pela ciência, como princípio ativo; o segundo é aquele fabricado posteriormente, igual em tudo, menos na marca que o outro ostente; e o terceiro é o que tem o mesmo princípio ativo e a mesma finalidade, mas é fabricado e apresentado de forma mais simples, o que permite um preço final mais barato.

No entanto, perante a Anvisa todos são iguais, pois só devem receber o registro após os testes comprobatórios que o órgão deve providenciar, segundo previsto na legislação brasileira. Desse modo, na hora da compra, o SUS deve escolher prioritariamente aquele cujo preço seja mais favorável.

Por isso, também, a importância da cassação, pela Justiça Federal, da patente do Sofosbuvir, de que falamos no início desta matéria. Em verdade, o princípio ativo desse medicamento não é uma propriedade do laboratório Gilead, que pretendia dar ele a classificação de "de referência", obrigando o SUS a dar preferência a ele, não a "similares" ou "genéricos" também disponíveis no mercado.

Casos diferentes, no entanto, são os de associações de diabéticos do interior do Maranhão, por exemplo. Sua causa principal era acabar com longas e penosas viagens à capital, São Luiz, pra sessões de hemodiálise. Após anos de luta, grupos de pacientes conseguiram que o governo do Estado construísse centros de hemodiálise em seis diferentes cidades do interior.

Em uma delas, Pinheiro, as obras atrasaram e, em julho passado, os diabéticos fizeram uma manifestação que paralisou o centro da cidade de 90 mil habitantes. Não teve dúvidas, as obras foram retomadas em ritmo acelerado.

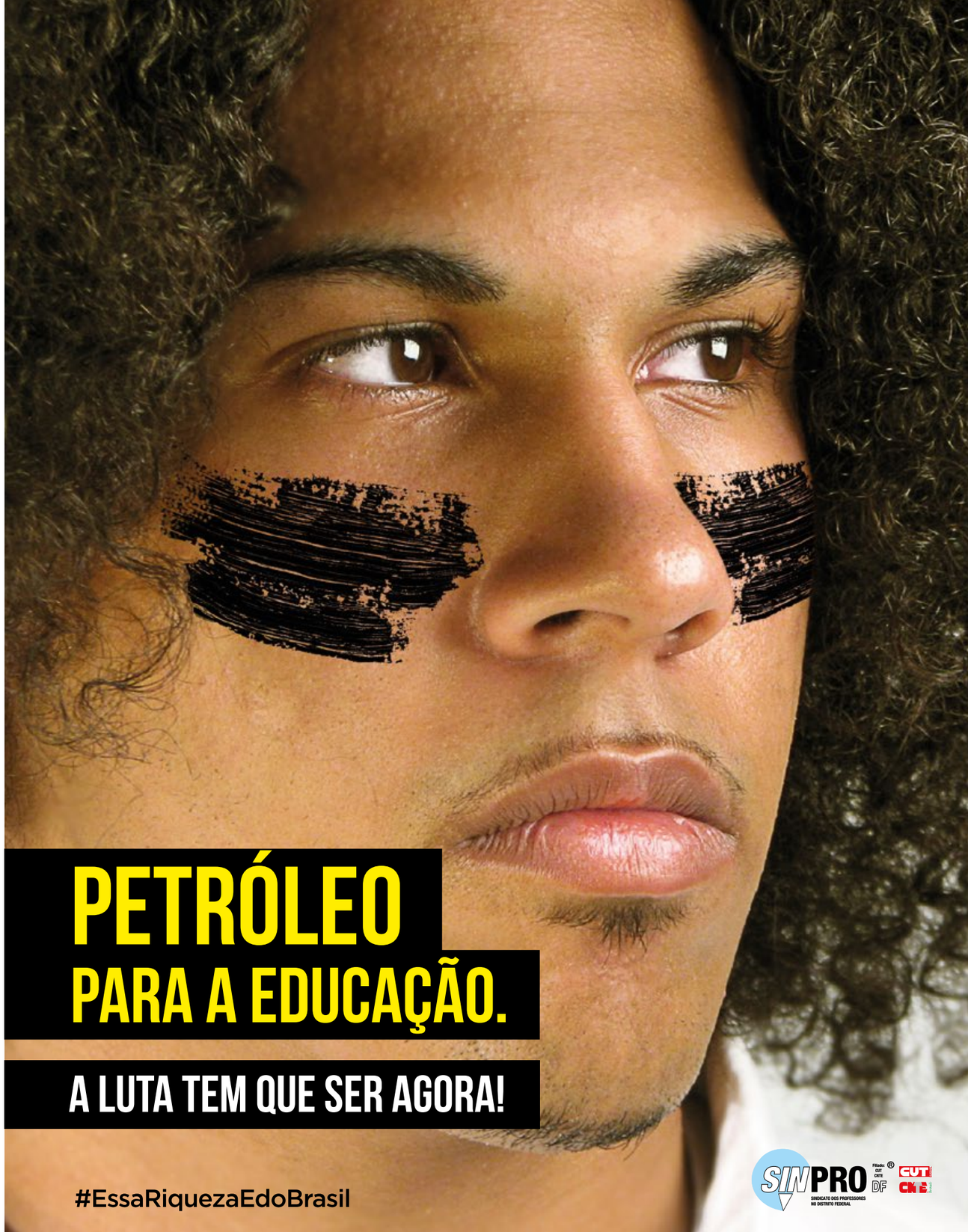
Já em Ribeirão Preto, São Paulo, ocorriam no mesmo período atividades em protesto contra falhas no atendimento dos diabéticos na rede pública de saúde local. Era comum a falta de medicamentos, insulina em especial, e outros insumos, como cateteres e seringas. Mas, também ali, o atendimento foi rapidamente regularizado.

Há casos, entretanto, em que se formam movimentos de pacientes afetados negativamente por algum medicamento. Em alguns casos, pedem indenização financeira por danos. Em outros, salvam vidas dali pra diante. E muitas vezes ganham volume mundial.

Um caso trágico, que se tornou bastante conhecido é o do Rezulin, uma droga usada no tratamento do diabetes tipo 2. Como havia sido autorizada pela *Foods and Drugs* Administration (FDA), nos EUA, em 1997, ela foi chancelada também por outras agências reguladoras ao redor do mundo, inclusive a Anvisa, no Brasil.

Seus efeitos colaterais eram, porém, devastadores, pois a droga atacava o fígado. Após três anos de largo uso, só nos EUA foram registrados 90 casos de cirrose hepática, 10 transplantes de fígado e 63 mortes por causa dela. Assim, a FDA proibiu sua fabricação. Logo em seguida, a Anvisa também a retirou do mercado no Brasil, mas sem guardar estatísticas de seus possíveis efeitos por aqui.

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor



Casimiro de Abreu – (1837-1860) – Poeta romântico, autor de "Meus Oito Anos", um dos poemas mais populares da literatura brasileira, publicado em de seu único livro, "Primaveras", publicado em 1859.

MEUS OITO ANOS

Casimiro de Abreu

Oh! que saudades que eu tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!
Como são belos os dias
Do despontar da existência!
– Respira a alma inocência
Como perfumes a flor;
O mar é lago sereno,
O céu – um manto azulado,
O mundo – um sonho dourado,
A vida – um hino d'amor!
Que auroras, que sol, que vida,
Que noites de melodia
Naquela doce alegria,
Naquele ingênuo folgar!
O céu bordado d'estrelas,
A terra de aromas cheia,
As ondas beijando a areia
E a lua beijando o mar!
Oh! dias de minha infância!
Oh! meu céu de primavera!
Que doce a vida não era
Nessa risonha manhã!

Em vez de mágoas de agora,
Eu tinha nessas delícias
De minha mãe as carícias
E beijos de minha irmã!
Livre filho das montanhas,
Eu ia bem satisfeito,
De camisa aberta ao peito,
– Pés descalços, braços nus –
Correndo pelas campinas
À roda das cachoeiras,
Atrás das asas ligeiras
Das borboletas azuis!
Naqueles tempos ditosos
Ia colher as pitangas,
Trepava a tirar as mangas,
Brincava à beira do mar;
Rezava às Ave-Marias,
Achava o céu sempre lindo,
Adormecia sorrindo,
E despertava a cantar!
Oh! que saudades que eu tenho
Da aurora da minha vida
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
– Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!

Foto: Mel Snyder

JOENIA WAPICHANA

PRIMEIRA INDÍGENA ELEITA DEPUTADA FEDERAL NO BRASIL

Zezé Weiss

"Vamos parar de dizer que nós somos empecilho para o progresso, nós somos a solução".

Joenia Wapichana, a primeira advogada indígena brasileira, acaba de ser eleita a primeira deputada federal indígena do Brasil. Antes dela, nos 190 anos de existência da Câmara dos Deputados, apenas Mario Juruna, da aldeia Namakura, do povo Xavante, foi eleito deputado federal em 1982 pelo estado de Mato Grosso.

Aos 43 anos de idade, Joenia Batista de Carvalho, nascida na comunidade Truarú, do povo Wapichana, formada em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestra pela Universidade do Arizona, coordenadora do Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e militante da Rede Sustentabilidade, ela recebeu 8,3 mil votos nas eleições de 2018.

Eleita com a plataforma da defesa dos direitos e da sustentabilidade dos povos indígenas, Joenia vem de uma trajetória de protagonismo na luta por direitos. Em 2008, ela se tornou a primeira indígena a fazer uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal (STF).

Trazendo no rosto uma pintura que simbolizava "força e lealdade", e saudando o tribunal em sua própria língua Wapichana, foi ela quem fez a defesa da posse integral dos 19 mil indígenas da Raposa Serra do Sol, terra ancestral dos povos Macuxi, Ingarikó e Wapichana.

Na página de financiamento coletivo da campanha de Joenia na internet, encontram-se as bandeiras que ela defendeu enquanto candidata: os direitos coletivos dos indígenas, o desenvolvimento sustentável com respeito às diversidades socioculturais, à realidade de Roraima e ao meio ambiente, além da luta contra a corrupção.

No Congresso, Joenia enfrentará a proposta da bancada ruralista de votação do marco temporal, que visa impedir as demarcações de terras das populações indígenas que, por razões diversas, inclusive por terem sido expulsas de suas terras durante a ditadura militar, não estavam ali antes de outubro de 1988, data da promulgação da última Constituição brasileira.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

ESTATUTO DO IDOSO COMPLETA 15 ANOS

Além de marcar os 15 anos do Estatuto do Idoso, o ano de 2018 é o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Em 2060, um quarto da população brasileira deverá ter mais de 65 anos. A projeção, do IBGE, é resultado do aumento da expectativa de vida e da queda nos índices de natalidade do país. Os dados reforçam a necessidade de uma preocupação cada vez maior com os direitos das pessoas idosas. No Brasil, a principal lei de proteção a esse grupo é o Estatuto do Idoso, que completou 15 em 1° de outubro e vem sendo aprimorado pelo Congresso.

– Entendo que houve avanço. A Constituição Federal foi uma conquista de 1988 e, de lá pra cá, foi modificada para diminuir direitos, regrediu. Com o Estatuto do Idoso é diferente. Todas as leis que vieram ampliaram direitos, mostrando que o Brasil está preocupado com o envelhecimento – comemorou o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto que deu origem ao Estatuto.

Considerado um marco ético de respeito aos direitos dos maiores de 60 anos, o texto traz, em 118 artigos, várias garantias aos idosos. Os direitos à vida, ao alimento, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência e à assistência social, à habitação e ao transporte são contemplados na legislação.

O estatuto também traz situações em que os idosos terão prioridade, como o atendimento preferencial junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população e a prioridade no atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar. Outros direitos, como a prioridade no recebimento do Imposto de Renda e a prioridade especial aos maiores de 80 anos são resultado de aprimoramentos feitos ao longo desses 15 anos.

SAÚDE

O Estatuto também traz pontos específicos em áreas como a saúde, ao proibir, por exemplo, discriminação do idoso nos planos de saúde. Mudança feita em 2013 proíbe também exigir o comparecimento do idoso doente perante os órgãos públicos. Outra garantia conquistada em 2013 foi o direito ao atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mais um ponto aprimorado foi a tentativa de combater a violência contra os idosos, ao exigir dos serviços de saúde a notificação da polícia e do Ministério Público em casos de suspeita ou confirmação de violência. Além disso, o texto já trazia a previsão de medidas de proteção ao idoso, com a aplicação de multa e até de penas de reclusão que podem chegar a 12 anos para quem provocar a morte de um idoso por falta de cuidado ou de alimentos.

– A violência contra o idoso ainda não diminuiu como nós gostaríamos e a maioria das agressões é dentro da própria casa. Temos que endurecer as penalidades, de forma que respeitem mais os idosos – lamentou Paim, que citou também a dificuldade encontrada pelos maiores de 60 anos em fazer cumprir a determinação de reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos no transporte coletivo interestadual.

Além de marcar os 15 anos do Estatuto do Idoso, o ano de 2018 é o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. A lei que institui a comemoração entrou em vigor em abril. Para garantir a efetivação desses direitos, uma subcomissão da Câmara dos Deputados foi criada para atualizar tanto o Estatuto quanto a Política Nacional do Idoso, que virou lei em janeiro de 1994.

Na busca pelos projetos de lei do Senado que tratam dos idosos, é possível encontrar 172 proposições que estão em tramitação. Entre elas estão o PLS 328/2016, que busca facilitar o acesso à gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos aos maiores de 65 anos, e o PLS 442/2012, que inclui entre os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos.

Também já podem ser colocados em votação o PLS 650/2011, que obriga os empreiteiros responsáveis pela construção dos imóveis do programa Minha Casa Minha Vida a promover adaptações para atender necessidades de idosos; o PLS 60/2009, que institui cotas para idosos no serviço público; e o PLS 436/2016, que possibilita ao trabalhador que se aposenta a manutenção do plano de saúde nas mesmas condições que tinha na vigência do contrato de trabalho.

Fonte: Agência Senado

O MISTÉRIO DO PERFUME

Clarice Lispector

Não aplique perfume na roupa. Você estragará ambos.

A roupa pode manchar. E o perfume termina por ficar muito cru e sem mistério.

O mais recomendado é passar o perfume na pele. Ela absorve-o, e o resultado é mais pessoal. Você ganhará um perfume que ninguém tem totalmente igual, pois nem todas têm sua pele, com seu odor próprio e seu grau de calor. Sua pele absorve o perfume e devolve-o com o acréscimo de você mesma.

Daí em diante, o perfume não se chamará mais, "Me adorem, por favor", mas passará a se chamar "O Me Adorem, por favor, da Maria" – isto na suposição de que uma de vocês se chama Maria.

Entre passar perfume na roupa e na pele, há uma diferença mais ou menos comparável àquela que existe entre um vestido pendurado no cabide e usado no corpo.

OURIÇO-CACHEIRO

O BICHO QUE TEM O CORPO COBERTO DE ESPINHOS

Esse pequeno animal normalmente tem o dorso coberto de espinhos longos e aguçados, de cor acastanhada e com bandas escuras nas extremidades. Esses espinhos se destacam facilmente do corpo e são sua defesa. Quando algum animal tenta atacá-lo, leva consigo alguns espinhos, que já estes se encontram soltos, contrariando a crença de que o ouriço arremessa os espinhos.

Seus predadores naturais são os texugos, os gatos selvagens, os cães, os lobos, as raposas e as doninhas. É considerado um arborícola, de hábitos essencialmente noturnos e solitários.

No Brasil, seu nome ouriço-cacheiro diz respeito a pelo menos oito espécies conhecidas, de três gêneros diferentes: *Coendou, Sphiggurus e Chaetomys*. A espécie mais ameaçada é a Chaetomys subspinosus.

O "cacheiro" em questão, de certa forma, resume a sua natureza: cachar, no dicionário, é o mesmo que esconder-se, ocultar-se e ainda punho que se prende a lâmina de espada. Ele não se faz de rogado e prende-se aos cipós, agarrado a até 15 metros de altura. Pura estratégia de sobrevivência.

Nome Científico: *Coendou prehensilis*
Família: *Erethizontidae*
Ordem: *Rodentia*
Distribuição: Do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, incluindo Minas Gerais
Alimentação: Frutas, raízes, vegetais cultivados e insetos
Reprodução: Procriam na primavera e no verão. Normalmente a prole é de quatro crias.

Fonte: http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da gente/fauna/noticia/2015/01/ourico-cacheiro.html

RESISTÊNCIA:
mobilizadas, mulheres negras ampliam presença na política

Iêda Leal de Souza

Em meio à triste notícia do expressivo crescimento da bancada da arma, da violência, da intolerância e do machismo no Congresso Nacional, depois de um período de campanha política em que houve mais reverberações de atitudes preconceituosas contra as mulheres e contra as minorias, enfim uma notícia boa desse período, que podemos comemorar. A participação feminina e, em especial, de mulheres negras cresceu, apareceu e nos dá esperança na luta por nossos direitos e por nossa sobrevivência.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras, atualmente, são pouco mais de 1% na Câmara dos Deputados. Dos 513 parlamentares da legislação vigente, 52 são mulheres, sendo 7 negras.

As eleições de 2018 representaram um salto na eleição de mulheres no país. O número de senadoras se manteve sem alteração, dos 54 eleitos, 7 são mulheres. No entanto, a presença feminina na Câmara e nas Assembleias de forma geral, aumentou. Na Câmara, o aumento foi de 51% no número de mulheres eleitas em relação a 2014, passaram de 51 para 77 deputadas federais, o que representa 15% da composição dos parlamentares.

Em relação às Assembleias Legislativas, o aumento em relação a 2014 foi de 35%. No total, foram 161 deputadas estaduais eleitas.

Em julho deste ano, uma plataforma foi criada para desmistificar alguns mitos em torno das mulheres negras na política. A campanha mulherenegrasdecidem.org, lançada no Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha (25/07), tinha como meta estimular e qualificar o debate. Conforme aponta um diagnóstico traçado pela plataforma, apenas 2,51% das despesas de todos os candidatos ao Legislativo, em 2014, estava relacionada a candidaturas de mulheres negras, e as chances de elegibilidade são ainda reduzidas.

O número cada vez maior de mulheres negras ativistas aparecendo na televisão e nos debates favorece o aumento da representatividade feminina e negra na política nacional. Esse contexto contribuiu para aumentar o número de participação de mulheres negras, tanto como votantes, como políticas e eleitas.

A importância da representatividade dessas mulheres no parlamento é enorme. Elas serão a voz da representação negra nesses espaços brancos, machistas e cheios de muito preconceito. Essa reunião em torno de mulheres que nos representam mostra como nós, negras, podemos fazer a diferença aplicando um outro modo de participação, com um olhar afrocentrado e cuidado coletivo.

A comunidade deposita nessas mulheres a esperança de que o mundo pode ser visto de uma outra forma, para que todos nós possamos viver não somente em harmonia, mas respeitando a diversidade de cada um.

"Isso traduz a nossa capacidade de construir lutas no cotidiano. Lutas feministas, antirracistas, populares. Isso mostra que, mesmo com poucos recursos e enfrentando essas campanhas endinheiradas, a gente tem um potencial muito grande. A minha votação ter se multiplicado tanto é uma confirmação disso. Não estamos simplesmente chegando como novidade", disse Áurea Carolina (PSOL-MG), a mulher com o maior número de votos para deputada federal de Minas Gerais, sobre a importância de sua eleição.

Destacamos os mandatos coletivos de Pernambuco e São Paulo, denominados "Juntas" e "Bancada Ativista", respectivamente. O Juntas é um grupo de cinco mulheres, que inclui a advogada Robeyoncé Lima, a primeira transexual do Norte e Nordeste a poder usar o nome social na carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Já a Bancada Ativista é composta por nove pessoas e se coloca como "uma rede de redes". O grupo é representado pela jornalista Mônica Seixas e se apresenta como um movimento suprapartidário. Participam da bancada, além da jornalista, uma estudante transvestigênere negra – Erika Hilton -, uma professora da rede pública, uma pedagoga indígena com mestrado pela PUC-SP, um nordestino que milita pela cultura nas periferias, uma ativista ambiental, uma sanitarista e uma artista.

Talíria Petrone (PSOL-RJ), integrante do Movimento Negro Unificado (MNU) já tinha sido a vereadora mais bem votada em Niterói e, agora representa as mulheres na Câmara Federal. Outras participantes do MNU eleitas para deputada estaduais foram Dani Monteiro (PSOL-RJ) e Monica Francisco (PSOL-RJ). Esta última é pastora, militante do movimento de favelas no Rio, da economia Solidária, de Rádio Comunitária. Já Dani Monteiro é militante do direito à cidade, do coletivo RUA Juventude Anticapitalista, e defende um novo jeito de fazer política, que seja construído pelas juventudes, que seja anticapitalista, antirracista, feminista e que lute pelo direito à favela, pelo direito de ocupar as ruas e o direito a ser e viver das pessoas LGBTs. Renata Souza (PSOL-RJ) também eleita deputada estadual é jornalista, criada na Comunidade da Maré, feminista e defensora dos direitos humanos. Essas quatros mulheres batalhadoras integraram a equipe da vereadora Marielle Franco, mostrando que além de presente, Marielle se tornou semente.

A primeira governadora negra da história do Brasil, Benedita da Silva (PT-RJ), já é um nome forte na política, e foi reeleita deputada federal.

A Bahia elegeu sua primeira deputada estadual negra, a pedagoga e ex-secretária municipal de Educação e Cultura e ex-secretária estadual de Políticas para as Mulheres, Olívia Santana (PCdoB-BA).

Em São Paulo foi eleita a primeira mulher transgênera do Brasil. A educadora Érica Malunguinho (PSOL-SP) será deputada estadual. Leci Brandão (PCdoB-SP) foi reeleita deputada estadual. A sambista tem como bandeiras de luta igualdade racial, inclusão social, políticas culturais, sociais e educativas.

Andreia de Jesus (PSOL-MG) foi eleita deputada estadual. Segundo ela, ocupar a política é afirmar o poder popular nas instituições, inserir no seu cotidiano as lutas por direitos, representatividade e memória ancestral de resistência negra. Em Minas Gerais foi eleita também a deputada estadual Leninha (PT-MG).

Outro grande destaque é a advogada Joênia Wapichana (Rede-RR) que será a primeira mulher indígena da história na Câmara dos Deputados. A advogada, de 43 anos, representa a defesa dos direitos coletivos dos indígenas.

Iêda Leal de Souza
Vice Presidenta do Sintego
Secretária de Combate ao Racismo da CNTE
Conselheira do Conselho Estadual de Educação – CEE/GO
Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzales
Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU
Vice Presidenta da CUT – Goiás

Xapuri

Quatro anos. Quarenta e oito edições. Grandes desafios. Belas conquistas. Um mundão de alegrias. E essa gratidão imensa a você que viaja conosco nessa deliciosa aventura da produção e da leitura mensal da revista Xapuri!

CERRADO: EXTINÇÃO E AGROTÓXICOS

Altair Sales Barbosa

Para que possamos entender o nível de degradação por que passa o Cerrado, torna-se necessária a compreensão de como o território dos Chapadões Centrais da América do Sul, coberto por Cerrado, vem sendo ocupado.

No transcurso dos últimos anos, ocorreram profundas transformações econômicas, demográficas e socioculturais no conjunto do território nacional, mudanças que se acentuaram a partir da ascensão dos militares ao controle do Estado brasileiro, principalmente nas décadas subsequentes ao ano de 1964, com o advento do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal.

Com segurança, pode-se afirmar ser a nova matriz ambiental e territorial resultante da convergência de três estratégias preestabelecidas pelo capitalismo internacional pós Segunda Grande Guerra Mundial, que impôs aos países considerados "subdesenvolvidos" uma Nova Divisão Internacional do Trabalho e, consequentemente, do espaço geográfico. No caso do Brasil, o objetivo pretendido foi incorporar o campo à lógica do capital financeiro, oficial e privado internacional.

Inicialmente, no final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da Nova Divisão Internacional do Trabalho colocaram em prática a denominada "Revolução Verde". Financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellog e outras, passaram a usar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas pós-guerra. México, Índia, Filipinas, Ceilão, entre outras nações, são exemplos de cobaias nacionais e territoriais utilizadas como área de teste das novas pesquisas agroquímicas e agrotécnicas, em termos de:

- uso de sementes selecionadas e geneticamente modificadas;
- aplicação de poderosos produtos agroveterinários destinados ao combate das pragas nas lavouras e pastagens, pesticidas orgânicos e inorgânicos, inseticidas venenosos como o DDT, herbicidas, fungicidas, carrapaticidas etc, intencionalmente rotulados de "defensivos químicos" e sabiamente denominados pela sabedoria popular de agrotóxicos ou "ofensivos agrícolas" venenosos;
- incorporação de novos adubos e fertilizantes, destinados à correção de solos portadores de carências minerais;
- emprego de técnicas agrícolas mais eficientes de manejo dos solos e de utilização dos recursos hídricos;
- utilização intensiva de equipamentos, máquinas, ferramentas e implementos agrícolas;
- plantio de espécies vegetais exóticas para a formação de pastagens; agregação de melhoria na reprodução genética do plantel de gado vacum, via seleção de matrizes e inseminação artificial etc.

No conjunto, todo o planejamento teorizado pelos ideólogos da Revolução Verde passa a ser colocado em prática com o fim de incorporar o campo à lógica do capital financeiro internacional, agregando capitais, ciência e tecnologia à grande produção agrícola e agropastoril e direcionando-a ao mercado global. Concomitantemente à Revolução Verde, no período de 1946–1950, o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra cumpria, à risca, o papel ideológico de apoio logístico à estratégia planejada ao escancarar as portas do País ao capital norte-americano, contribuindo dessa maneira para acentuar o grau de dependência política, econômico-financeira e científico-tecnológica do Estado brasileiro ao capitalismo internacional. No governo Vargas (1950–1954), eleito pelo voto popular, acirram-se as contradições entre as forças nacionalistas, que lutavam por um Brasil para os brasileiros, e o lado contrário, que se posicionava contra a política do governo central e as forças populares que o apoiavam, O governo JK (1955–1960) lança o Plano de Metas, cinquenta anos em cinco, subsidiado pelo capital externo de empréstimo, centrado no desenvolvimento da infraestrutura viária, energética e industrial do território nacional, assim como da construção da nova capital geopolítica do Brasil. Subordinado à política de empréstimos concedidos pelos detentores do capital financeiro internacional para executar o seu ambicioso plano de governo, JK serviu aos interesses das empresas montadoras multinacionais, interessadas em viabilizar, na prática, a produção e comercialização de veículos, autopeças e acessórios, máquinas e ferramentas. Seu governo implementou o projeto rodoviário e praticamente congelou o ferroviário. No mandato seguinte (1960–1964), "em que foram eleitos, com expressiva votação popular, Jânio Quadros, que renunciou após seis meses de administração pública, e Joao Goulart, vice conduzido à presidência após intensa campanha pela legalidade, as contradições entre as forças civis e militares se agravaram, provocando em 1964 o golpe político-militar, com a ascensão e permanência dos militares, por mais de vinte anos, no poder político do Estado brasileiro, consolidando-se, definitivamente, as condições objetivas favoráveis aos magnatas do capital financeiro internacional. Em troca de empréstimos obtidos, a sucessão de governantes brasileiros vem liberando às empresas "concessões" quanto ao uso do seu território.

Em 30 de novembro de 1964, o governo do marechal Humberto Castelo Branco, seguindo a lógica da estratégia estabelecida pelos detentores do capital financeiro internacional, sancionou a Lei n. 4.504, que implantou o "Estatuto da Terra" como modelo de reforma agrária a ser implementada em todo o território nacional, considerada de fundamental importância como suporte infraestrutural de apoio à futura regionalização do País. Com o crescimento da malha rodoviária nacional, criaram-se as condições favoráveis à implantação da grande empresa multinacional no meio rural brasileiro.

Inicialmente, instalaram-se em forma de empresas agrícolas; depois, de complexos agroindustriais. Os agentes nacionais contratados e direcionados à produção dos monocultivos para a exportação são, em sua grande maioria, produtores sulinos: gaúchos, paranaenses, paulistas, e há também alguns agentes locais e muitos estrangeiros estimulados a plantarem soja, milho, algodão, arroz, feijão etc. para a grande empresa, buscam novas terras agricultáveis, detentoras de fortes perspectivas de lucros imediatos. Para produzirem, passam a contar com a carteira creditícia do Banco do Brasil, para a obtenção de financiamentos.

Em suma, o próprio capital externo emprestado ao governo brasileiro, que deveria ser utilizado para desenvolver a agropecuária de base nacional, retorna ao seu primitivo dono, acrescido de juros, taxas e correção monetária, ao ser direcionado para financiar parte dos investimentos locados na cadeia produtiva da grande empresa multinacional, instalada nas regiões preferenciais do País, ou, no dizer de Milton Santos, nos "lugares luminosos".

O exemplo mais claro é o avanço da soja sobre os Chapadões do Cerrado, em virtude de seu fácil manejo e da fartura de água na região.

A partir da anexação do campo à economia de mercado, implementada de forma agressiva e acelerada, tem-se a destruição da unidade familiar camponesa pela grande empresa monocultora, na medida em que esta última, ao se instalar no território regional preferido, necessita cada vez mais de terras para incrementar a produção e expandir os monocultivos e criatórios intensivos, destinados ao abastecimento do mercado nacional e externo. Consequentemente, para os nacionais que persistem pelo trabalho em permanecer livres na própria terra, ocorre a contínua e progressiva redução dos espaços habitados e habitáveis.

Nos anos subsequentes, no meio rural e regional do Cerrado, foram-se avolumando as situações conflitivas entre as forças

produtivas dominantes e as relações de produção dominadas, pequenos e médios proprietários e trabalhadores rurais. As contradições surgidas entre agentes da velha estrutura fundiária nacional e os da nova estrutura emergente, aqueles que detêm a força do capital financeiro, tornaram-se cada vez mais antagônicas e desiguais, a ponto de romper, em questão de alguns anos, o lado mais fraco da cadeia produtiva. Desestabiliza-se a tradicional estrutura agrária brasileira, carente de suporte de capitais, de assistência técnica e de política pública que garanta empréstimos e preços competitivos aos seus produtos. Agrava esse quadro uma situação de maior flexibilidade na cobrança de dívidas bancárias contraídas.

Também a venda e a partilha de heranças ocasionaram acelerada fragmentação da propriedade do produtor nacional, acompanhada de rápida desestabilização do seu "modo de vida". Em contrapartida, a compra induzida e efetivada a favor de empresários e empresas conduziu à concentração da propriedade da terra nas mãos dos magnatas do capital. Essas transações, com os seus respectivos desdobramentos econômicos e sociais, contribuíram para a perda da estabilidade do trabalhador rural brasileiro, juntamente com a sua família, nos moldes dos seus padrões de vivência campesina. A progressiva desestabilização do seu modus vivendi econômico, social e cultural terminou por expulsá-lo do meio onde vivia na condição de pequeno ou médio proprietário ou de trabalhador agregado como meeiro, posseiro, tarefeiro, diarista etc. Rapidamente, ocorreu a queda de sua vivência coletiva uno familiar, obrigando-o a ser um itinerante-peregrino, boia-fria, a perambular pelas estradas do Brasil a procura de terra e trabalho, terminando o seu percurso migratório como mão-de-obra explorada nas médias e grandes cidades brasileiras, lugares onde a vida é totalmente monetária, onde tudo se compra e tudo se paga. Nelas, na maioria das vezes, passa a viver como marginalizado social, na condição de subempregado ou de assalariado urbano ou de desempregado. Nessa última condição, faz parte do contingente de reserva de mão de obra barata a ser utilizada, no amanhã, no momento em que se fizer necessário. Muitos, para se manter no plano existencial, procuram se incorporar à economia informal, como única opção de sobrevivência no meio citadino.

De 1980 a 1990, dá-se, definitivamente, a incorporação do campo à economia de mercado. Agora, o novo modelo de desenvolvimento econômico capitalista, neoliberal e flexível, no contexto da economia globalizada em contínua substituição ao modelo taylorista-fordista, capitaliza a favor dos grandes complexos agrícolas e agroindustriais que operam os denominados agronegócios. São empresas de grande porte que passam a operar em todos os ramos da cadeia produtiva e utilizam-se de todas as redes disponíveis viabilizadas pelos avanços do "meio técnico/científico informacional". São cadeias fundamentais e necessárias à viabilização de todas as fases do processo de capitalização ampliada do capital, compreendendo produção, industrialização e comercialização. Essa integração produtiva totalizante que parte do lócus regional atinge, pela variável mercado, praticamente todos os lugares da Terra, por meio de imagens de satélite e da linguagem virtual dos computadores, pela qual a informação manipulada e transmitida viabiliza, em fração de segundo, as relações de produção e trabalho e as transações comerciais.

No presente, no marco do território regionalizado, o empreendimento empresarial agrícola ou agroindustrial é plenamente favorecido por todo um conjunto de condições concretas, objetivas e subjetivas, que visam alcançar interesses pragmáticos ditados pelo lema "produzir a baixo custo e vender onde a demanda é melhor em termos de lucratividade". Entre os fatores favoráveis ao sucesso da empresa, relacionam-se: a política oficial do governo brasileiro de subordinação ao capital financeiro internacional, oficial e privado, motivada pela dependência dos estados hegemónicos e das empresas privadas, detentores de capitais, ciência e tecnologia. Em troca de capitais de empréstimo o governo brasileiro permite, via "concessões", que as empresas multinacionais se instalem em determinadas "superfícies favoráveis" do território nacional e passem a utilizá-las, a seu bel-prazer, sem nenhum respeito pelas "vocações" da terra, isto é, pelas condições naturais do meio ambiente e as comunidades nelas inseridas, vocações culturais.

O saldo negativo dessa política oficial de livre expansão da fronteira agrícola no Brasil são os sucessivos impactos ambientais, sociais e culturais de toda ordem que a natureza e a sociedade brasileira vêm sofrendo. Sob essa prática de tratamento aético da natureza tratada como objeto de uso e desuso, descartável, mencionam-se:

- a fragmentação da estrutura geológico-geomorfológica como embasamento físico do território;
- a degradação e a destruição da cobertura vegetal como protetora do solo e do subsolo;
- a redução da biodiversidade animal, vegetal e genética em espécies, nichos e ecossistemas, como reprodutora da vida;
- o assoreamento e a diminuição da rede de drenagem de superfície e subterrânea, das cabeceiras dos cursos d'água, das veredas, berço das águas, com suas matas ciliares ripárias, seus buritizais e buritiranas e suas vegetações campestres;
- a destruição das vocações culturais centenárias das comunidades interioranas;
- a destruição de monumentos naturais e sítios arqueológicos milenares.

Enfim, grande parte do patrimônio natural, biótico e cultural é destruída ante a voracidade e cobiça dos expropriadores da natureza.

Infelizmente, governantes e governados plasmados na ética e na moral capitalista, por adesão ao modelo econômico esposado pelo capitalismo flexível, neoliberal, ou, por desconhecimento do território regional-nacional, em termos de sustentabilidade natural, biótica e cultural, batem palmas às supersafras "salvadoras" e aos êxitos alcançados no cenário nacional pelas lideranças produtivas dos agronegócios, como se a conquista econômica fosse a melhor solução para os problemas econômicos, sociais e culturais da nação brasileira. Exemplo concreto é o fato de o Brasil ter assumido a vanguarda no ranking mundial da comercialização da soja.

O discurso e as ações louvam e eternizam o modelo de desenvolvimento econômico capitalista neoliberal, justificado por gerar mais progresso, mais empregos, melhor padrão de vida social para o povo brasileiro. O tempo passou, e esta situação não se concretizou.

Uma segunda faceta da matriz geográfica, tão preocupante como a espacial rural, é a espacial urbana que, nos dias atuais, assume índices alarmantes em termos de vivência sociocomunitária e que, sem sombra de dúvida, é consequência da desterritorialização provocada pela política agrária.

O universo urbano concentra a maior porcentagem dos habitantes. Há de se ter em conta a virada da população rural para urbana a partir da década de 1970, momento em que se dá a incorporação do campo à economia de mercado, com o advento do império do capital financeiro das grandes empresas monocultoras, recebendo efetivo apoio logístico das políticas públicas.

Por fim gostaria de comentar que:

- O Cerrado dos Chapadões Centrais do Brasil se nos apresenta como um Sistema Biogeográfico, que envolve vários subsistemas. Esses subsistemas se diferenciam por solos, fisionomia vegetal, quantidade de água nos lençóis, comunidades animais etc, qualquer modificação nos elementos dos subsistemas provoca modificações no Sistema como um todo.
- O Cerrado é uma das matrizes ambientais mais antigas da história recente do Planeta Terra, que tem seu início no Cenozoico. Isto significa que esse ambiente já chegou ao seu clímax evolutivo, ou seja, uma vez degradado, não se recupera jamais na plenitude de sua biodiversidade.
- A maior parte das plantas de cerrado têm um desenvolvimento lento, algumas levam séculos para atingirem a maior idade, fato que torna quase impossível um trabalho de recomposição vegetal. Sem mencionar que essas plantas estão condicionadas a um tipo de solo oligotrófico com balanço hídrico específico, fato hoje difícil de ser encontrado em equilíbrio no Cerrado.

Não se mede a degradação ambiental apenas pela ocorrência de uma ou outra planta. Há de se considerar comunidades, tanto vegetais como animais, incluindo insetos polinizadores, água etc, tudo isso já não existe no Cerrado de forma continua. O que há são fragmentos que não representam 10% da área total.

Muitos subsistemas do Cerrado já foram destruídos por completo, como é o caso do cerradão associado ao Arenito Bauru, às campinas do oeste de Minas e Bahia, associadas ao Arenito Urucuia, e assim por diante. O rosário de exemplos é extenso.

Altair Sales Barbosa
Dr. em Antropologia e Geociências
Smithsonian Institution de Washington D.C. USA -
Pesquisador do CNPq -
Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

GRUTA DO LAGO AZUL: UMA DAS CAVERNAS MAIS LINDAS DO BRASIL

Eduardo Pereira

Tudo é muito lindo em Bonito, Mato Grosso do Sul, mas dentre os passeios especiais naquele paraíso do ecoturismo, vale a pena reservar umas duas horas para visitar a Gruta do Lago Azul, uma das maiores cavidades inundadas do planeta, localizada 21 km distante do centro da cidade.

Embora a gente tenha de descer uma escadaria íngreme de 300 degraus, depois de caminhar por uma trilha de cerca de 200m e passar por uma entrada lapidada em pedra, a piscina natural da gruta, acessível inclusive para crianças a partir dos cinco anos, é de um azul-turquesa estonteante!

Como a grande maioria dos destinos turísticos de Bonito, a visita exige a presença de um/a guia que, ao longo do passeio, vai fazendo pequenas paradas pra que a gente possa contemplar e fotografar formações geológicas, rochas e espeleotemas milenares. Depois de uns 10 minutos observando o lago azul, o retorno à superfície é feito pelo mesmo percurso.

Segundo informações do Portal do Bonito, a gruta abriga fósseis de animais extintos como a preguiça gigante, o tigre dentre-de-sabre, mastodontes e outras espécies pré-históricas. Ali existe também um camarão de água doce, o *Potiicoara Brasiliensis*, catalogado em 2002 que, de acordo com os cientistas, é tão antigo quanto os próprios dinossauros.

Eduardo Pereira
@weiss_guru

COMPOTA DE ABÓBORA

Salma Saddi

Ingredientes:

- 1kg de abóbora
- 1kg de açúcar
- 500 ml água
- cravo-da-índia a gosto
- canela em pau (2 pauzinhos está bom para essa quantidade)
- 1 colher (sopa) rasa de cal virgem (10g)

Modo de fazer

Descasque e corte a abóbora em cubos. Lave e cubra os pedaços com 2 litros de água e a cal virgem. Reserve por 30 minutos no mínimo (tem receitas que deixam de molho por 2 horas... escolha entre esse tempo). Descarte a água, lave bem para tirar a cal (mas não é tóxico... não se preocupe) e escalde em água fervente, rapidamente sem cozinhar. Escorra, deixe esfriar um pouco. Reserve.

Ferva o açúcar com 500 ml de água o cravo e a canela até ponto de fio fraco (quando a calda fica amarelada). Adicione a abóbora e cozinhe, em fogo baixo, até ficar bem macia e a calda adquirir ponto de mel. Desligue e deixe essa panela tampada até o dia seguinte (de preferência). O doce com a cal fica durinho por fora e macio por dentro, mas pode fazer sem cal... fica saboroso do mesmo jeito.

Se quiser pode acrescentar coco ralado grosso e deixar cozinhar bem para a abóbora desmanchar e ficar bem misturada com o coco.

Salma Saddi
Historiadora. Superintendente do IPHAN em Goiás.

AS LENDAS DO RIO SÃO FRANCISCO

O Rio São Francisco é tão marcante na vida das pessoas que vivem às suas margens que elas chegam a acreditar que o rio tem vida própria. Como muitas vezes essa crença se traduz em lendas, compilamos algumas das principais lendas que habitam o imaginário das populações ribeirinhas do Velho Chico.

Segundo a **Lenda da Origem do Rio**, antes de o Velho Chico existir os índios viviam felizes nos chapadões, em várias aldeias. Em uma delas vivia uma jovem mulher, chamada Iati, noiva de um forte guerreiro. Um dia esse guerreiro foi pra guerra junto com todos os outros homens da aldeia. Eles eram tantos que por onde passavam iam formando um grande sulco na terra. Desesperada pela separação, Iati chorou muito, e suas lágrimas escorreram pelo chapadão do alto da serra formando uma linda cascata que, caindo no sulco criado pelos passos dos guerreiros, escorreram para o norte até se derramaram no oceano. E assim se formou o rio São Francisco.

Já a **Lenda do Sono** conta que todo santo dia o Velho Chico adormece por dois ou três minutos, sempre à meia noite. Esse é o momento em que as almas dos afogados se dirigem para as estrelas, os peixes param no fundo do rio e até as cobras perdem o seu veneno. Os barqueiros que se acham no rio a essa hora tomam todo o cuidado para não acordar o rio. Se um barqueiro sente sede, antes de pegar a água, joga nela um pedacinho de madeira. Se ele fica parado, o barqueiro espera, porque não convém acordar o rio: quem o fizer, poderá ser castigado pela mãe d'água, pelos peixes, pelas cobras e pelos afogados que não conseguiram alcançar as estrelas.

Muito próxima da **Lenda do Sono** é a **Lenda da Mãe D´Água**, uma sereia linda que vive nas águas do rio São Francisco. Para os barqueiros, durante o seu sono da meia-noite o rio para de correr e as cachoeiras de cair. É quando a mãe d'água sai das águas e vem pra fora procurar uma canoa e nela sentar-se para enxugar e pentear seus longos cabelos.

A **Lenda do Nego D'água** dá notícias de um ser moreno e forte que costuma sair das profundezas do rio para ficar nas proas das canoas e nas coxias das barcas, fazendo um animado batuque. Tem uma voz bonita e encantadora, mas suas gargalhadas assustam os pescadores e as lavadeiras que não o agradam com peixes, fumo de mascar e pinga. Ainda segundo a lenda, o Nego D'água costuma virar a canoa dos pescadores que pescam durante a Piracema ou que pescam de forma prejudicial ao meio ambiente.

A **Lenda do Surubim** Beijador conta-se que Anália era uma cabocla que vivia com um cabra muito ciumento num vilarejo ribeirinho chamado Ilha do Jegue. Em uma noite de lua cheia, o cabra a violentou e deixou seu rosto completamente desfigurado. Ela então desceu pro quintal da sua casa, onde com dor e dificuldade começou a lavar o rosto nas águas do Velho Chico. Entre a raiva e o desejo de vingança, Anália adormeceu à beira do rio, com os respingos das ondas tocando levemente o seu rosto dolorido. Foi despertada com um beijo de um imenso surubim que, ao acariciá-la, lentamente foi retirando as marcas da violência de seu rosto lindo. Ao voltar para casa, ela encontrou seu companheiro morto na cozinha, engasgado com uma espinha de surubim que preparara horas antes de ser espancada. Até hoje os homens da beira do rio tratam suas companheiras com muito amor e paixão e, quando tem alguma desavença, por menor que seja ela, não há surubim nas refeições daquele dia. E dizem que, em noites de lua cheia, o Surubim Beijador aparece para alegrar os casais com suas danças acrobáticas nas águas do Velho Chico.

Dizem também que, há muito tempo, havia uma linda menina que morava na cidade de Juazeiro. Certo dia, ela permaneceu por muitas e muitas horas olhando seu reflexo nas águas cristalinas do rio e acabou esquecendo da hora de voltar pra casa. Quando ao final da tarde começaram as badaladas do sino da igreja, a menina se transformou em uma gigante e terrível serpente, e assim nasceu a Lenda da Serpente da Ilha do Fogo.

A **Lenda do Gritador** versa sobre um vaqueiro que foi vaquejar em uma sexta-feira santa e desapareceu junto com a rês e a montaria. Virou assombração e é comum ouvi-lo aboiar pelas caatingas. Nas noites de sexta-feira santa, além do aboio, ouve-se também o tropel do cavalo, o latido do cachorro e o chocalho da rês que desapareceu junto com ele.

Já a **Lenda do Minhocão**, destaque entre as lendas do Velho Chico, reporta a existência de um bicho enorme, meio serpente, meio peixe, que assusta os ribeirinhos, persegue as embarcações, provoca naufrágios e, por ser capaz de se mover dos subterrâneos das águas para as entranhas da Terra, também chega aos vilarejos para desmoronar barracos e até mesmo casas. Segundo registro de Saint-Hilaire (final do século XIX), o Minhocão "às vezes toma a forma de um surubim, de um tamanho que nunca se viu; outras, também se diz, vira um pássaro grande, branco, com um pescoço fino e comprido, que nem uma minhoca; e talvez por isso é que se chama o minhocão".

Fontes:
http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/as-lendas-do-velho-chico/
http://penedo.al.gov.br/a-cidade-de-penedo/rio-sao-francisco__trashed/lendas/

CHICO MENDES 30 anos

UMA MEMÓRIA A HONRAR. UM LEGADO A CELEBRAR.

Exposição Multimídia para honrar
a memória e celebrar o legado
de Chico Mendes nos 30 anos
de sua ausência física dos espaços
deste mundo.

07 de novembro a
09 de dezembro de 2018

Museu Nacional da República
Brasília – Distrito Federal

Informações:
contato@xapuri.info

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

MEMORIAL CHICO MENDES

CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVAS CNS

STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri A/C

SINPRO DF SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

QUEM OLHARÁ PELO CERRADO?

Estratégias Políticas para o Cerrado são entregues a parlamentares

Resultado de um processo construído coletivamente por diversas organizações da sociedade civil, o documento "Estratégias Políticas para o Cerrado" foi lançado no início de setembro em Brasília e entregue a parlamentares durante ato político realizado na Câmara dos Deputados.

"Neste importante cenário político para o país, em que estamos em meio a um processo eleitoral dos mais emblemáticos dos últimos anos, as organizações da sociedade civil que se preocupam com a conservação do Cerrado e com a garantia dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais se uniram na construção de um documento estratégico e com propostas efetivas às candidaturas presidenciais", ressaltou Kátia Favilla, secretária executiva da Rede Cerrado, durante o lançamento.

Na oportunidade, a organização fundada em 1992, que representa uma articulação de mais de 50 outras instituições associadas e mais de 300 de base comunitária, fez uma entrega simbólica do documento aos candidatos à Presidência da República e parlamentares.

Dentre as propostas apresentadas, Favilla destacou a necessidade de garantir as condições de funcionamento do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), empossado pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Direitos Humanos, em 11 de setembro, Dia Nacional do Cerrado. Além disso, ela ressaltou a urgência de reformular o Conselho Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer). "Associar a produtividade agrícola e o desenvolvimento socioeconômico responsável do setor, equalizando situações de conflitos com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, incentivando a conservação e apoiando a restauração da vegetação nativa, é fundamental para a saúde e a manutenção dos serviços ecossistêmicos do Bioma em longo prazo", pontuou.

AGENDA PROPOSITIVA PARA O CERRADO

A agenda propositiva para o Cerrado está organizada em três eixos estratégicos, com políticas e ações para conservação e uso sustentável da biodiversidade, redução do desmatamento e promoção do agroextrativismo. Dentre as recomendações do documento estão:

– aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que coloca o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais e alcançar a meta de proteger pelo menos 17% do bioma, compromisso assumido na Conferência da Biodiversidade de Aichii;

– zerar o desmatamento, seja ilegal ou legal, até 2020, revisando a meta de redução dada pela Política Nacional de Mudanças Climáticas;

– garantir a presença e modos de vida dos povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais no Cerrado que são fundamentais para a conservação e a manutenção dos serviços ecossistêmicos;

– superar entraves regulatórios que a produção e a comercialização de produtos da sociobiodiversidade enfrentam nos campos sanitário, fiscal e ambiental.

O documento "Estratégias Políticas para o Cerrado" foi organizado pelas seguintes organizações da sociedade civil: Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e WWF-Brasil. O documento está disponível para acesso gratuito no site da Rede Cerrado (www.redecerrado.org.br).

As propostas são resultado de consultas interinstitucionais, incluindo a realização de um Seminário no âmbito da Câmara dos Deputados e de uma oficina de trabalho. Nessa oportunidade, além das instituições realizadoras, outras 13 organizações da sociedade civil e da academia colaboraram com o processo, tendo participado da oficina de trabalho, sendo elas: ActionAid, Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Associação do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (Ades) – 10envolvimento, Associação WytyCatë dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins, Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), Centro de Inteligência Territorial/UFMG, Comissão Pastoral da Terra (CPT-Mato Grosso), Conservação Internacional (CI), Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), Greenpeace, Iniciativa Verde, Observatório do Código Florestal (OCF) e Pesquisa e Conservação do Cerrado (Pequi).

A Rede Cerrado conta com o apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF, na sigla em inglês para Critical Ecosystem Partnership Fund) e do DGM/FIP (Dedicated Grant Mechanism for Indigenous People and Local Communities – Fundo de Investimento Florestal), do Banco Mundial.

Rede Cerrado

ÂNGELA MARIA: VOZ DOCE E DA COR DO SAPOTI

Zezé Weiss

Depois de 89 anos de muito viver, a cantora Ângela Maria (Abelim Maria da Cunha), nascida no Rio de Janeiro no ano de 1929, partiu dos espaços deste mundo no último dia 29 de setembro, em São Paulo, vítima de uma infecção generalizada.

Filha de pastor protestante, desde cedo a menina Abelim cantava nos corais das igrejas onde passou a infância, em Niterói, São Gonçalo e São João do Meriti. Contra a vontade da família, na juventude abandonou os estudos e o trabalho como operária para ir morar com a irmã no subúrbio de Bonsucesso e tentar ser cantora.

Por volta de 1947, começou a frequentar programas de calouros e passou a usar o nome Ângela Maria, para não ser descoberta pelos parentes. O sucesso estrondoso veio nas décadas de 1950 e 1960, tempo áureo do rádio, quando se tornou uma referência e uma paixão nacional ao lado de Maysa, Nora Ney e Dolores Duran.

Durante a década de 1950, atuou intensamente nas rádios Nacional e Mayrink Veiga, como a estrela de "A Princesa Canta", nome derivado de seu título de "Princesa do Rádio", um dos muitos que recebeu em sua carreira. Em 1954, em concurso popular, tornou-se a "Rainha do Rádio", e no mesmo ano estreou no cinema, participando do filme "Rua sem sol".

Na segunda metade da década de 1960, gravou "Gente humilde", grande destaque nas paradas de sucesso. Em 1982, foi lançado o LP Odeon com Angela Maria e Cauby Peixoto, primeiro encontro em disco dos dois intérpretes. Em 1992, a dupla lançou o disco "Angela e Cauby ao vivo", após o show Canta Brasil.

Em 1996, lançou o CD "Amigos", pela Sony Music, com a participação de vários artistas como Roberto Carlos, Maria Bethânia, Caetano Veloso, Chico Buarque e outros. O trabalho foi um sucesso, celebrado em um espetáculo no Metropolitan (Claro Hall), no Rio de Janeiro, e um especial na Rede Globo.

O apelido "Sapoti" foi dado por Getúlio Vargas: "Menina, você tem a voz doce e a cor do sapoti", teria dito o presidente à cantora que ao longo da carreira gravou 447 músicas, em 114 discos, e vendeu cerca de 60 milhões de exemplares, segundo suas próprias contas.

A biografia "Angela Maria: a eterna cantora do Brasil", escrita pelo jornalista Rodrigo Faour, que reuniu depoimentos e relatos da cantora, foi lançada há três anos.

Fontes:
http://www.ebc.com.br
https://www.geledes.org.br/

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

Moa do Katendê - músico, compositor, artesão, educador e mestre de capoeira brasileiro.
★ Salvador (BA) - 29.10.1954 | † Salvador (BA) - 07.10.2018

Foi assassinado por manifestar seu pensamento político durante a campanha das eleições de 2018.

UM PROBLEMA NUNCA RESOLVIDO: O SOFRIMENTO DOS INOCENTES

Leonardo Boff

Acompanhando a crescente violência no Brasil e verdadeiros massacres de indígenas e de pobres nas periferias e, mais ainda, viajando recentemente pela América Central, fiquei impressionado em El Salvador, Guatemala, Nicarágua e outros países da região com os relatos de massacres havidos no tempo das ditaduras militares, massacres de vilas inteiras, de catequistas ou de camponeses que tinham a Bíblia em casa. O que houve entre nós, na Argentina e no Chile durante o tempo assassino sob a égide das forças militares é também de estarrecer.

Atualmente, dada a crise econômico-financeira, há milhões passando fome, crianças famélicas definhando e gente na rua pedindo centavos para comer qualquer coisa. Mas o que mais dói é o sofrimento dos inocentes. Também dos milhões de pobres e miseráveis que sofrem as consequências de políticas econômicas e financeiras sobre as quais não têm nenhuma influência. Mas são vítimas inocentes, cujo grito de dor sobe ao céu. Dizem as Escrituras do Primeiro e do Segundo Testamento que Deus escuta seus gritos. Um dos profetas chega a dizer que as blasfêmias que proferem por causa da dor, Deus as escuta como súplicas.

Nesse momento há um manto de dor que cobre todo nosso país, com alguma esperança de que as eleições nos tragam líderes cujas políticas sociais façam o povo sofrer menos ou não mais sofrer e até de voltar a sorrir. Bem haja!

Mas o sofrimento dos inocentes é um eterno problema para a filosofia e principalmente para a teologia. Sejamos sinceros: até hoje não identificamos nenhuma resposta satisfatória por mais que grandes nomes, desde Agostinho, Tomás de Aquino, Leibnitz até Gustavo Gutiérrez entre nós, tentassem elaborar uma teodiceia, quer dizer, um esforço de não ligar Deus ao sofrimento humano. A culpa estaria apenas do nosso lado. Mas em vão, pois o sofrimento continua e a pergunta permanece irrespondível.

Talvez o primeiro a formular a questão, sempre repetida pelos grandes pensadores como Russel, Toynbee e outros, foi formulada por Epicuro (341-270 a.C) e recolhida por Lactâncio, um cristão e conselheiro de Constantino (240-320 a.C), em seu tratado sobre *A ira de Deus*. A questão se põe assim: Ou Deus quer eliminar o mal, mas não pode, deixa de ser onipotente e já não é Deus. Ou Deus pode suprimir o mal e não o quer, então não é bom e deixa de ser Deus e se transforma num demônio. Em ambos os casos fica a pergunta: de onde vem o mal?

O judeu-cristianismo responde que vem do pecado humano (original ou não) e somos os produtores de Auschwizt e de Ayachucho e os grandes massacres dos colonizadores ibéricos no nosso Continente. Mas a resposta não convence. Se Deus previu o pecado e não criou condições para evitá-lo é sinal que não é bom. Porém se fez todo o possível para evitar o pecado e não o conseguiu então é prova de que não é onipotente. Em ambos os casos não seria Deus.

E assim caímos na mesma questão de Epicuro. As teólogas eco feministas criticam essa formulação entre impotência e falta de bondade como patriarcal e machista, pois tais atributos de onipotência e bondade seriam atributos masculinos. O feminino sente e pensa diferente, bem na linha dos profetas e de Jesus. Estes criticavam uma religião sacrificial em nome da misericórdia: "quero misericórdia e não sacrifícios" soa na boca deles. A mulher está ligada à vida, à misericórdia para com quem sofre e sabe melhor identificar-se com as vítimas.

Argumenta-se então: Deus é tão bom e onipotente que pode renunciar a tais prerrogativas (deixa de ser o "Deus" das religiões convencionais) e se faz ele mesmo um sofredor, vai para o exílio com o povo, é perseguido e por fim é crucificado em seu Filho Jesus. Comentava D. Bonhöffer, o teólogo que participou do atentado contra Hitler e foi enforcado: "Só um Deus sofredor nos pode ajudar". Talvez por aqui nos venha alguma luz bruxuleante. Quem sabe entendamos alguma coisa do mal, quando o combatemos pelo caminho do bem.

Se não temos resposta para o mal, apenas sabemos agora que nunca estamos sós no sofrimento. Deus sofre junto. O terrível do sofrimento é a solidão, a mão que se nega de se pôr no ombro, a palavra consoladora que falta. Aí o sofrimento é completo. Não há resposta para o sofrimento dos inocentes nem para o mal. Se houvesse, o sofrimento e o mal desapareciam. Eles continuam aí fazendo sua obra perversa. Quem nos salvará? São Paulo, confiante, responde: "é só na esperança que seremos salvos".

Mas como tarda a se realizar esta esperança!

Leonardo Boff
Filósofo. Teólogo. Escritor.
Excerto do livro Saber Cuidar. 18ª Edição. Editora Vozes. 2012.

POR MAIS DEMOCRACIA:
O SINTEGO NA LUTA PELA VALORIZAÇÃO DO VOTO

Bia de Lima

Com a urna eletrônica e toda a tecnologia empregada, votar tornou-se um ato simples. A ação que o eleitor executa em poucos minutos e que, ao fim do dia, o resultado já é público, permite que todos saibam quem são os vitoriosos. Mas essa simplicidade não pode camuflar o fato de que votar é uma ação de extrema responsabilidade.

Os eleitores entregam uma espécie de procuração para que os eleitos administrem os mais caros patrimônios que possuem: a gestão e a regulação da Educação, da Saúde, da Segurança, da Infraestrutura; enfim, a destinação dos patrimônios materiais e imateriais da sociedade. Ao votar, estamos deliberando sobre o nosso presente e o nosso futuro.

A importância do voto nos parece óbvia, mas no Brasil a democracia é um valor incipiente. O Brasil carece de uma real participação da sociedade nas estruturas de poder do estado, que pode e deve ser cada vez mais democrática.

Por isso, durante o processo eleitoral de 2018, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) tem exercido um amplo trabalho de articulação e diálogo entre todos/as os/as candidatos/as, com vistas ao fortalecimento das instituições democráticas, à abertura de canais de diálogos e maior participação da classe trabalhadora nos processos decisórios.

Entre os/as candidatos/as, principalmente, aos que pleiteiam a vaga de governador/a do nosso estado de Goiás, a atuação do SINTEGO tem se dado através do Fórum de Defesa dos Servidores e dos Serviços Públicos do Estado de Goiás – órgão

que congrega 47 entidades, juntas representando mais 200 mil servidores/as públicos/as –, que foi responsável pela redação e entrega da Plataforma Política dos/as Servidores/as a todos os/as postulantes ao cargo de chefe/a do Governo Estadual.

De forma que, no ato da posse de qualquer um/a desses/as, impossível não afirmar que o eleito não conhecia a pauta que atende os anseios dos/as servidores/as do Estado de Goiás, bem como as ferramentas de aperfeiçoamento de sua gestão, haja vista que traça os caminhos dos espaços de diálogo com aqueles que efetivamente fazem seu governo funcionar, que são os/as servidores/as públicos/as.

Entre os assuntos presentes na Plataforma estão questões importantes como: assegurar o pagamentos da Data-Base dos/as servidores/as e do Piso Salarial Profissional Nacional dos Professores/as; valorizar ações de controle social; promover escolas inclusivas; não implementar Organizações Sociais no serviço público estadual; garantir a participação do/a servidor/a na gestão previdenciária do funcionalismo público e do plano de saúde dos/as servidores/as públicos/as de Goiás, o IPASGO.

Mais do que demonstrar a lista de propostas dos/as servidores/as estaduais perante o novo governo, a Plataforma tem também o papel de abrir o diálogo, demonstrando aos candidatos a força e a responsabilidade com que nós, entidades representativas dos/as servidores/as públicos goianos, tratamos o/a servidor/a e o serviço público, sempre na busca de sua prestação com qualidade, sem a qual nenhum projeto de governo pode obter êxito.

Para que a população seja bem atendida por qualquer governo, faz-se necessário que este também se responsabilize pela qualidade de vida de seus/suas servidores/as, oferecendo-lhes estabilidade, que lhes dê tranquilidade de se prover e de atender as necessidades de sua família. Em síntese, de oferecer aos/às servidores/as estaduais a dignidade e o respeito.

Reajustes superiores às depreciações da economia, condições dignas de trabalho, vínculos profissionais que ofereçam segurança jurídica aos/às trabalhadores/as por meio de concursos públicos, respeito aos planos de carreira das diversas categorias do funcionalismo com a garantia das progressões, oferecer condições de o/a servidor/a de cuidar de sua saúde e dos que dele/a dependem, garantir o direito à aposentadoria, respeitar as entidades representativas dos/as servidores/as são assuntos básicos para o bom relacionamento entre governantes e servidores/as.

O SINTEGO está aberto ao diálogo que resulta em benefícios à classe trabalhadora. Afinal, já sofremos bastante com a ruptura da constituição que aconteceu recentemente em nosso país, e o maior problema após o Golpe foi a forma autoritária em que se deram as ações do executivo federal.

Sem debater com a sociedade, o Governo Federal retirou direitos dos trabalhadores, congelou investimentos importantes, empurrou "goela abaixo" uma reforma educacional esdrúxula e agora decreta a terceirização no serviço público, tornando precárias as relações de trabalho também no serviço público federal, um gigantesco risco à sociedade, imposto de forma autoritária.

Diante de tantos fatos, não resta dúvida que o voto é a maior ferramenta de defesa dos cidadãos. Por isso, estaremos sempre conscientizando que é uma grande responsabilidade votar.

Nesse processo decisório, é necessário que o eleitor ouça as propostas, que esteja atento às ideias e às ações anteriores dos candidatos para não cair em armadilhas e depositar sua confiança em modelos que não representam sua forma de pensar.

Se existe uma saída? Sim, ela só existe na democracia.

Fotos: Acervo Sintego

Bia de Lima
Educadora. Presidenta do Sintego.

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à
CUT BRASIL CNTE

ARTE
RELACIONAMENTO
CRIATIVIDADE TAMANHO
SUSTENTABILIDADE
PONTUALIDADE
CONTEÚDO QUALIDADE
ESTÉTICA
FORMATOS
COMPROMISSO
PONTUALIDADE
CRIAR CORES

nossagráfica
gráfica e editora
uma visão infinitamente nova

Pati Sales - 61 99554-1063 | 3591-4070

TUCANDEIRA:
O RITUAL DE INICIAÇÃO MASCULINA DO POVO SATERÉ-MAWÉ

O ritual da tucandeira, realizado pelo povo indígena Sateré-Mawé, é uma forma de iniciação masculina, de passagem da infância para a vida adulta. Uma prática repassada de geração em geração que, mesmo com a pressão da sociedade moderna, se mantém viva.

Considerado pelos indígenas como um ato de força, coragem e resistência à dor, o ritual consiste em vestir uma luva cheia de formigas tucandeiras e resistir por ao menos 15 minutos. Além da representatividade da bravura masculina, o ritual também simboliza uma proteção para o corpo. Segundo a crença dos Sateré-Mawé, a ferroada da tucandeira funciona como uma espécie de vacina.

Durante o ritual, o jovem deve se deixar ferrar no mínimo 20 vezes. Para isso, coloca as mãos dentro da saaripé, uma luva de palha feita pelos padrinhos, que são os tios maternos do iniciante. Durante o ritual, a comunidade toda canta e dança ao lado do adolescente, em especial as mulheres solteiras, que buscam maridos fortes e corajosos.

O ritual começa no dia anterior, com a captura das formigas vivas e com ferrão, com o uso de folhas do caju-branco. Enquanto as tucandeiras são conservadas em um bambu, os meninos têm seus braços pintados com uma tintura preta de jenipapo, feita por suas mães. Em seguida, com um dente de paca, elas começam a riscar a pele dos meninos até sangrar.

No dia da cerimônia, as tucandeiras são colocadas em uma bacia com uma tintura anestesiante de folha de cajueiro. Quando estão 'adormecidas', as formigas são postas na luva, com a cabeça para fora e o ferrão para dentro, na parte interna da saaripé. Depois, para voltarem a ficar agitadas, elas recebem uma baforada de tabaco. É quando ficam prontas para atacar.

Não há um período certo para a realização do ritual: é organizado conforme a vontade de quem deseja ser iniciado.

Fontes:
http://verdademundial.com.br
http://portalamazonia.com.br/
(com edições de Eduardo Pereira)

Lúcio Flávio Pinto
Jornalista desde 1966. Sociólogo formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1973. Editor do Jornal Pessoal, publicação alternativa que circula em Belém (PA) desde 1987. Autor de mais de 20 livros sobre a Amazônia, entre eles, Guerra Amazônica, Jornalismo na linha de tiro e Contra o Poder. Matéria originalmente publicada no site www.amazoniareal.org.

ABORTO LEGAL OU ILEGAL?

Emir Sader

O inadiável debate sobre o aborto não se refere à sua existência ou não. Há muito tempo que o aborto é uma realidade de fato, existe. Na Argentina, no debate realizado recentemente, se citou que um aborto é feito a cada um minuto e meio. A discussão é sobre se eles serão feitos de forma ilegal, nas piores condições possíveis, ou de forma legal, como um tema de saúde pública, com amparo e acompanhamento.

Como se sabe, o aborto é realizado em clínicas não legalizadas, mas com plenas condições, para pessoas que dispõem de recursos para sua realização. E, na grande maioria dos casos, de forma clandestina, em péssimas condições, provocando danos na pessoa que o faz ou até mesmo com uma quantidade grande de mortes.

Não se trata de um tema religioso, mas de um tema de saúde pública. As próprias Nações Unidas assim caracterizaram a questão: como de saúde pública. Ninguém será obrigado a fazer aborto. É uma decisão individual. Mas cabe ao Estado propiciar as condições básicas de atendimento para quem decidir apelar para ele.

O aborto é um dos maiores exemplos da hipocrisia de muitos setores da sociedade, que dizem uma coisa e fazem outra. Quantas famílias de classe média e da própria burguesia não praticam aborto, mas não o assumem e, pior ainda, negam aos outros setores sociais, a possibilidade de apelar para essa alternativa extrema, em condições de mínima segurança? O aborto é uma das maiores causas de morte precoce de jovens, que o praticam, em desespero, em péssimas condições. Além de ser uma das maiores causas de danos graves e permanentes na saúde dessas jovens, para o resto das suas vidas.

A América Latina e o Caribe são a região no mundo onde há mais restrições para a prática legal do aborto. 97% das mulheres do continente vivem sob regras que proíbem ou restringem amplamente o aborto legal. Somente quatro países latino-americanos e caribenhos não proíbem essa prática legal: Cuba, Uruguai, Porto Rico e Guiana. No mundo, 60% das mulheres vivem em 74 países em que o aborto é permitido sem restrições e com amparo das instituições de saúde pública.

A luta pelo direito ao aborto surgiu no marco do surgimento do movimento feminista e fazia parte da reivindicação das mulheres disporem do seu próprio corpo. No governo Reagan, se fomentou uma contraofensiva conservadora sobre o tema, buscando assumir a defesa do feto como se fosse defesa da vida e acusando os defensores dos direitos ao aborto de assassinos. Consultórios de médicos que praticavam o aborto foram atacados.

O aborto é uma realidade diária nas nossas sociedades. A decisão de legalizá-lo é terminar com a hipocrisia que finge desconhecer o fenômeno e o pratica de forma ilegal. Do que se trata é de levar a cabo uma ampla discussão, para garantir a legalidade e o apoio público e tirar o aborto da ilegalidade.

Emir Sader
Sociólogo
Autor do livro "O Brasil que queremos."

Lembra daquela lição que marcou a sua vida?

Conta pra gente.

Todo mundo tem um professor ou uma professora que ensinou algo que não está nos livros. Que tal homenagear os profissionais de educação contando pra gente a sua história de superação ou lição de vida? Publicaremos os melhores relatos na página do Facebook da CNTE Brasil. Envie para o Whats App: (61) 99267-2221. Pode ser em texto com foto, vídeo ou áudio. Compartilhe essa lição!

15 e 28 de outubro

Dia do Professor e Dia do Funcionário Público

#LiçãoPraTodaVida

Foto: Izalete Tavares

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura, faz a Xapuri continuar acontecendo!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **150,00** 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **250,00** 24 EDIÇÕES (BÔNUS: REVISTA DIGITAL)

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**